Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro

Preços da assignatura	Anno — 36 n.os	Semest. — 18 n.os	Trim. — 9 n.os	N.º á entrega
Portugal (franco de porte, m. forte)	3$800	1$900	$950	$120
Possessões ultramarinas (idem)....	4$000	2$000	—$—	—$—
Extrang. (união geral dos correios)	5$000	2$500	—$—	—$—

21.º Anno — XXI Volume — N.º 712

10 DE OUTUBRO DE 1898

Redacção — Atelier de gravura — Administração

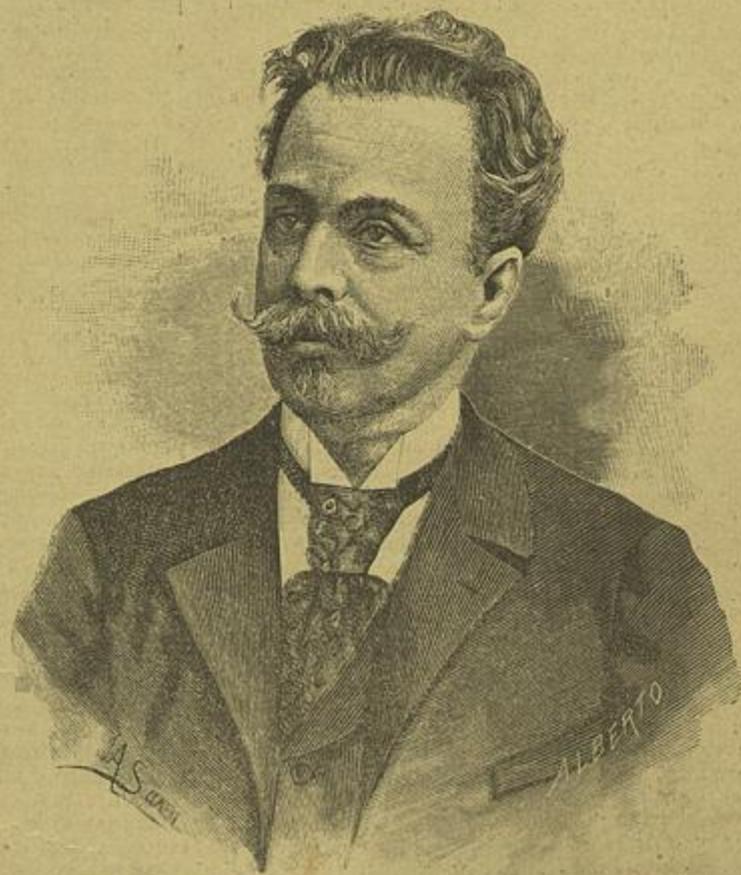
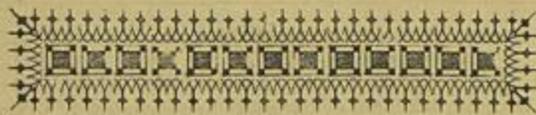
Lisboa, L. do Poço Novo, entrada pela T. do Convento de Jesus, 4

OFFICINA DE IMPRESSÃO — RUA NOVA DO LOUREIRO, 25 A 39

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empreza do Occidente, sem o que não serão attendidos. — Editor responsavel Caetano Alberto da Silva.

5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA, EM LISBOA

WILHEM SINGER — Presidente do Congresso

CONSELHEIRO ANTONIO ENNES — Presidente do «Comité» Portuguez

DR. MAGALHÃES LIMA — Delegado do «Bureau»

CHRONICA OCCIDENTAL

Bem nos quiz parecer que a tal carta do sr. Conselheiro Antonio Ennes, annunciada e logo apregoada por alguns jornaes como verdadeiro primor litterario, não seria, ao mesmo tempo, uma obra prima de logica.

Honradamente andou o sr. Ennes, a cujo talento e caracter ha muito prestamos homenagem, vindo defender certas disposições do decreto, as quaes, elle o diz, se originaram na sua collaboração. A palavra o affirma, S. Ex.ª não trabalhou só. E, por isso, enredado na defeza do que é talvez dos outros, vem a cahir em desastrosas contradicções.

Exemplifiquemos com trechos de S. Ex.ª, que não teremos que sublinhar.

Logo no principio da carta:

«Por ultimo os illustres escriptores, saindo, como aliás é do seu direito, do terreno exacto dos seus proprios interesses, observam, e com razão, que...»

Mais adeante:

«A primeira das reclamações não é absolutamente infundada.»

E adeante ainda:

«A segunda reclamação é mais concreta e tem mais apparencia de attendivel.»

Pois o que S. Ex.ª conclue no fim da carta é o seguinte:

«Aqui tem V. Ex.ª o que eu penso das reclamações dos auctores dramaticos. Penso que são absolutamente infundadas.»

Não póz S. Ex.ª no fim d'este pequenino periodo o ponto de exclamação, a que todos, tanto nós como S. Ex.ª, tinhamos incontestavel direito.

Se apenas fossem pequenos lapsos, seria mesquinhez vir por elles accusar um escriptor glorioso. Mas não; são symptomas. O sr. Ennes não defende simplesmente uma obra sua; quer com seu voto clementissimo cobrir muita semrazão, que na reforma, a qual nunca será *bem executada*, como desde já infelizmente podemos proval-o, alguem introduziu. Serão d'elle os artigos contra que reclamavam treze auctores de peças representadas no theatro de D. Maria II, mas paragraphos havia talvez, posteriormente obliterados, que, explicando os artigos, calariam receios. D'ahi a conclusão do sr. Antonio Ennes, emmaranhado, em tão visivel contradicção com as premissas. *Visivel* escrevemos, porque logo os olhos dão por ella. Não ha que raciocinar.

Diz S. Ex.ª na carta ao sr. ministro do Reino que «não ha maneira de definir com rigor mathematico os predicados que deve reunir uma composição litteraria para ser considerada *moral* ou *bella*.»

Tem razão.

Diz mais que «desde que tenha de fazer-se *escolha* no repertorio proposto *alguem* ha de fazel-a e esse *alguem* poderá errar e poderá abusar por mais preceitos que se estabeleçam para o exercicio do seu arbitrio»

Perdão.

Queixavam-se frequentemente os escriptores dramaticos de que estivesse a escolha do repertorio para o theatro de D. Maria II dependente do arbitrio de trez actores, João Rosa, Augusto Rosa e Brazão, aliás dos mais distinctos incontestavelmente. O ponto de vista dos actores é facilmente pessoal e um papel de effeitos brilhantes, póde existir na peor das obras dramaticas. Poderiamos encher agora uma columna de considerações a tal respeito, mas tudo é tão conhecido, que o sr. Antonio Ennes decerto nos dispensará d'esse estendal de logares communs.

Era preciso remediar-se o mal? Triplicou-se. A razão inversa é a que deve n'estes casos applicar-se. Temos agora um só actor em vez de trez!

Mas ha mais e muito peor. E' o gerente da nova sociedade o encarregado da escolha do repertorio; mas são tantas e taes as attribuições d'esse cargo, que é provavel, senão certo, que os eleitores não irão attender em primeiro logar ás aptidões litterarias do escolhido.

Ha um recurso, é verdade: o commissario do governo. Mas porque foi negado aos auctores dramaticos o influirem por meio de voto na nomeação d'esse fiscal? Alguns jornaes trouxeram sobre o assumpto uma noticia como certa. Talvez que esse simples direito contentasse alguns auctores, á falta de um *comité* de leitura ajuizadamente organisado.

Lembra S. Ex.ª ao sr. José Luciano de Castro que talvez os auctores dramaticos pudessem apresentar algum alvitre que os contentasse. Já n'essa parte o sr. ministro do reino desattendeu o sr. Antonio Ennes. Um secco *indeferido* tornou inutil qualquer nova tentativa dos auctores, por emquanto.

Reclamavam tambem contra o limite fixado para a despeza de montagem de qualquer peça. Diz o sr. Ennes que com um conto de réis se pode pagar muita lona pintada e muito veludilho. Decerto. No Dallot.

Se Almeida Garrett houvesse tido a desventura de viver n'estes maus tempos e entregasse o *Fr. Luiz de Sousa*, ao gerente do theatro, que, como vimos, poderá não ter as qualidades indispensaveis a um critico litterario, pois que o decreto as não exige, dar-se-hia talvez o nefando caso da regeição da peça deante d'um simples orçamento bem feito. O commissario do governo curvar-se-hia, abriria de leve os braços n'um gesto de impotencia, e Garrett levaria o manuscripto para casa, sem outro recurso para ver montada a peça além d'umas economias ganhas... a cavar.

Limitem-se as despezas; é justissimo. Ponham-se fóra do theatro peças cujo attractivo consista apenas no grande espectaculo; serão sinceros os nossos applausos. Mas limitar as despezas a um conto de réis (e a receita bruta de dois espectaculos nem sequer é tanto) é simplesmente, absolutamente ridiculo.

Ha tempos, grande numero de auctores dramaticos, criticos e jornalistas, reclamaram contra certas clausulas do programma do ultimo concurso, as quaes se referiam tambem a peças de grande espectaculo. O accordo a que chegaram com os societarios da empreza fixou para as despezas de montagem uma quantia muito superior á determinada agora.

O sr. conselheiro Antonio Ennes ou está muito esquecido ou foi mal, e talvez mal intencionadamente, informado sobre este assumpto.

Diz S. Ex.ª que não ha contradicção entre o art.º 40 e os preceitos dos art.ºs 44 e 45. Um marca a epoca em que uma peça deve ter a sua primeira representação, os outros asseguram aos auctores a permanencia das peças em scena, até que se dêem determinadas diminuições de receita. A contradicção está effectivamente salva por um *quanto possivel* algo assustador.

Com respeito á reclamação que os auctores dramaticos fizeram contra a nova tabella de direitos, começa o illustre escriptor por lembrar ao Sr. Ministro do Reino que as letras são inimigas dos algarismos e que quasi sempre o talento desdenha o calculo. S. Ex.ª deseja provar-nos que é uma excepção á regra e enche de numeros uma longa columna do *Diario do Governo*.

Desculpe-nos o Sr. Antonio Ennes, mas não foi de certo para convencer os auctores dramaticos de que melhoraram de situação que S. Ex.ª dispendeu prodigamente, esbanjadoramente, tanta sciencia arithmetica. Qualquer d'elles, muito provavelmente, completou o terceiro anno do lyceu e será capaz de reduzir tantos calculos a uma simples formula algebrica occupando uma so linha, não mais.

Do que elles se queixam é tão só d'uma simples quantidade, que entra na formula com um signal negativo e que se chama despeza geral.

Porque a não define o decreto?

Foi com certeza na melhor boa fé que o Sr. Antonio Ennes a calculou por excessiva em cincoenta mil réis, quando as peças não sejam de grande espectaculo. Deus o ouvisse! Mas se por conveniencias, aliás possiveis e até determinadas pelas disposições do art.º 4 do decreto, o scenario, a mobilia, o guarda roupa, os adereços forem alugados e pagos ás noites? Se ás noites forem pagos os artistas contractados, como ás noites será paga a divida de quatro contos de réis que o governo empresta á sociedade? Que disposições do decreto obrigam o gerente a não introduzir essas verbas na conta das despezas geraes ou porque ha de o commissario deixar de approval-as? Nem o decreto se refere a assumpto de tanta importancia, nem o Sr. Antonio Ennes nos responde á pergunta. Pois poupára uma columna de numeros e a nós uma duvida.

Desde que da administração economica depende principalmente a receita do auctor, deverá elle ser consultado, discutir preços, reclamar economias, oppôr-se a certas despezas?.. Se as letras são inimigas dos algarismos?... Se o talento desdenha o calculo?

Observaram os auctores dramaticos na sua reclamação que fora tardia a promulgação do decreto, o qual apparecêra na quadra do anno em que os artistas de valor já se achavam quasi todos ligados por outros compromissos. Pediam por isso que o theatro não fosse por emquanto concedido e que o governo o puzesse em hasta publica por um anno apenas, aproveitando-se então esse praso para mais maduramente ser estudada a questão theatral.

Nada mais justo.

O proprio sr. Ennes confessa que o decretamento da nova organisação «não foi o mais opportuno, porque encontrou artistas já escripturados para a epocha theatral proxima e portanto inhibidos de fazerem parte da sociedade a organisar.»

Mas acha S. Ex.ª que «tambem este inconveniente encontrou remedio nas disposições fundamentaes do novo regimen.»

E explica: «Segundo taes disposições, o quadro d'essa sociedade não deve ser preenchido desde já, devendo ficar n'elle quatro vagas, e essas serão sufficientes para as admissões futuras dos artistas que actualmente não podem ou não querem ser admittidos e cuja presença no theatro de D. Maria é, se não indispensavel, util.»

Já aqui uma injustiça flagrante indigna os menos perspicazes. Pois offerecem-se quatorze logares a outros tantos actores ou actrizes desempregados, dos quaes nem todos merecem o nome de artistas, e são sufficientes quatro vagas para tantos já ligados por outros compromissos e entre os quaes alguns haverá de primeira ordem? Mas de quem é a culpa se o decreto appareceu com um anno de atraso?... Do governo, e só d'elle.

Mas ha mais e muito peor.

O art.º 6 do decreto de 8 de agosto é positivo. «A sociedade do theatro de D. Maria II será composta normalmente de *dezeseis* artistas dramaticos portuguezes de ambos os sexos; todavia constituir-se-ha unicamente com *quatorze* para que o seu quadro não fique logo a principio fechado, e o governo poderá excepcionalmente elevar o numero dos associados até *dezoito*, se assim fôr necessario, para que tenham ingresso na sociedade artistas de merecimento relevante, e se o permittirem as receitas de exploração do theatro.»

Pois contra o expresso no decreto, sem o menor respeito pela opinião do sr. Antonio Ennes, tão ingratamente desconsiderado, as vagas ficaram, mas todas na terceira classe. O primeiro a calcar o decreto aos pés foi o proprio governo. E quer o sr. Ennes que a reforma seja *bem executada!*

Se um dia artistas de altissimo valor como Brazão, Augusto Rosa ou Rosa Damasceno, com nomes prestigiosos como o do Valle, cheios de talento como Angela Pinto ou de certissimo futuro como Palmyra Bastos, e quantos mais! quizerem entrar para a sociedade do theatro de D. Maria II, lá teem quatro vagas na terceira classe, onde os seus nomes poderão figurar ao lado d'outros, que nem sequer significam uma esperança, porque o são de dois quinquagenarios!

O sr. Ennes com certeza não acha isto *sufficiente*.

Alguns artistas que hoje fazem parte da sociedade tinham escripturas n'outros theatros, ou, pelo menos, estavam compromettidos de palavra com outras emprezas. O governo acceitou-lhes os requerimentos. Diz-se que serão licenciados. Mas como sabiam elles que o haviam de ser? Será tudo isto uma comedia cujo desfecho já era conhecido ha muito? O art. 35.º do decreto, referindo-se aos motivos porque os socios poderão ser excluidos da sociedade, prohibe-lhes o encorporarem-se em qualquer companhia dramatica que não seja a do theatro de D. Maria II, sem consentimento do gerente da sociedade e do commissario do governo. Quem é o gerente já eleito, o commissario já nomeado, que lhes concederam essa licença? Estava então tudo previsto?... Quer dizer tudo combinado!

Póde o sr. Conselheiro Antonio Ennes ter a certeza de que nenhum dos signatarios do protesto obedeceu a suggestões de qualquer ordem. Um ideal de justiça os reuniu. Desconfiados estavam. Todos elles. Treze homens não se deixam assim suggestionar, todos, n'um mesmo sentido. Mais facil, muito mais, é deixar-se suggestionar um só. Diz S. Ex.ª que o não prendem já ao theatro nem interesses nem paixões. E' n'esse estado d'alma — póde lêl-o S. Ex.ª em todos os livros que tratam de molestias nervosas — que as suggestões são mais faceis.

A carta do illustre homem de lettras termina com o seguinte periodo: «Seja essa reforma *bem executada* como é mister, que logo se calará a opposição que suscitou.»

Não se esqueceu o sr. Ennes de sublinhar aquellas duas palavras para que não passassem despercebidas aos olhos de ninguem no ministe-

rio do reino. Não lhe farão entretanto a vontade. Souberam dar razão a um dissidente contra a enorme maioria dos auctores dramaticos, mas no resto, onde lhes não fez conta, despresaram completamente, como já provámos, ingratamente, offensivamente, a opinião a que quizeram ir buscar uma defesa, um arrimo.

A misericordia tem limites, e o sr. Antonio Ennes não levará com certeza essa virtude até vir defender em publico os primeiros actos do governo na execução do seu proprio decreto.

E o desrespeito que houve por elle custa-nos tanto mais, quanto é certo que o illustre dramaturgo, uma das glorias do theatro portuguez, mais uma vez nos veio provar com a sua carta o talento e a boa fé, a que todos prestamos incondicional e justissima homenagem.

João da Camara.

P. S. — Não era em meio d'um necrologio feito não sei bem a quê, se á arte dramatica portugueza, se á justiça, se já a certos artigos do decreto de 8 de agosto assassinados pelo proprio governo pae, não era em meio de phrases graves copiadas de artigos e paragraphos da folha official, não era entre enjoativos aromas de cera queimada, agua phenica e pós insecticidas, que nos era possivel falar de arte viva, d'um poema de luz cantando o genio da musica, d'essa obra prima d'um genio portentoso que é gloria nossa, d'essa jarra Beethoven que é o mais bello capitulo de toda a obra de Raphael Bordallo.

Exposta, desde ha dias, no *foyer* do theatro D. Amelia, não se fartam os olhos de admiral-a, percorrendo-a por todos os phantasticos e caprichosos ornatos, desde as volutas côr de madreperola da base até á figura esbelta da Fama, que veio poisar á borda da jarra entre grandes folhas de plantas aquaticas. Tanto póde ali estar coroando o busto do maestro genial como toda a obra do artista portuguez.

Vive-se ali por momentos na região dos sonhos bons.

E se o bem da vida é o sonho, um abraço a Raphael que nos deixou sonhar.

J. C.

Á POLONIA [1]

> ... la nation polonaise, qui, malgré qu'elle est divisée parmi 3 états, reste une dans sa totalité.

Sim, tu vives ainda, embora dividida,
O Polonia, infeliz, e de algemas aos pés;
Mas, se no coração tens concentrado a vida,
Ao corpo o coração dará força outra vez.

Quando contra o oppressor não valem as espadas,
E o direito emmudece ao retroar do obuz,
A liberdade e a fé, por elle desterradas,
Vão-se n'alma esconder, e prestam-lhe mais luz.

Essa luz é que fez um dia revoltar-te,
E as hostes do tyranno arrostar sem pavor;
Essa luz é que veio a queda alumiar-te,
E attrahiu sobre ti dos mais povos o amor.

E essa luz vencerá; que á discordia de outr'ora,
Que o abysmo te cavou da negra perdição,
No infortunio, crisol, onde o ser se melhora,
Succedeu fraternal, sympathica união.

Com ella vencereis, polacos: as ideias,
Quando justas, co'o tempo alcançam triumphar.
Porém de três nações?! Bem fracas as areias
São, e formam barreira unidas contra o mar.

Mas o potro, a miseria, o carcere, o desterro?
Ha de a affronta, a violencia inda mais vos unir.
Os grilhões que arrastaes fundem-se, são de ferro;
Da patria o santo amor nada o póde fundir.

Venturosos, oh! sim, mil vezes venturosos
Os que lograrem ver da liberdade o sol!
Té estremecerão de jubilo, orgulhosos,
Vossos mortos heroes no funebre lençol.

Alguns inda hão de vir co'as carnes palpitando,
Feridos do martyrio, e de sangue a escorrer;
Porém todos, o olhar aos céos alevantando,
Polonia, bemdirão, teu fausto alvorecer.

Se eu pudesse gosar tão esplendido dia!
Mas gosal-o-ha de certo este povo leal,
Que soffreu, como tu, do extranho a tyrannia,
E, como te erguerás, se ergueu livre afinal;

Este povo que te ama, e, d'aqui, do occidente,
Te anima e te saúda, o povo portuguez.
É elle que te diz por minha voz de crente:
Espera e serás grande, ó Polonia, outra vez.

Lisboa 30 de Setembro de 1898.

Ramos-Coelho.

[1] Na relação dos congressistas extrangeiros da Imprensa, agora reunidos em Lisboa, não especificaram alguns jornaes os da Polonia, pois ali os incluiram como pertencendo a um dos paizes por que aquella desditosa nação foi injusta e violentamente repartida. A este lamentavel facto acudiu o sr. Szczepanski, um dos sete congressistas polacos, dirigindo ao *Diario de Noticias* uma nobre carta, em que o rectifica, a qual termina com o seguinte paragrapho, d'onde tirei a minha epigraphe: «Nous vous prions de donner ces détails parce qu'on nous confond avec des délégués des autres nations—et nous tenons á constater que les délégués de la presse polonaise de toutes parties de l'ancienne Pologne ne représentent qu'eux mêmes, c'est à dire, la nation polonaise, qui, malgré qu'elle est divisée parmi 3 états — reste une dans sa totalité.»
Foi da leitura d'esta carta que nasceu a minha poesia.

AS NOSSAS GRAVURAS

O 5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA

O congresso da imprensa que acaba de reunir-se em Portugal, honrando com esta sua escolha o nosso paiz, deve produzir evidentemente os seus resultados, sendo talvez o mais util d'elles o tornar o reino portuguez melhor conhecido lá fóra.

Registando este facto O OCCIDENTE não se alarga quanto seria para desejar, porquanto nem dez numeros seguidos bastariam para fazer a chronica do congresso e do cordealissimo acolhimento que os congressistas aqui receberam.

A nossa *Chronica* tem referido bastante sobre o assumpto e nós agora apenas faremos uma resenha em extremo succinta.

Para o congresso, inscreveram-se em tempo opportuno, além de 47 damas de differentes paizes, os seguintes jornalistas: 102 francezes; 27 allemães; 14 inglezes; 26 austriacos; 13 belgas; 8 dinamarquezes; 6 hollandezes; 1 hespanhol; 7 americanos; 5 finlandezes; 34 hungaros; 37 italianos; 3 norueguezes; 2 russos; 13 suecos; 4 suissos; 1 representante do Transvaal; 44 portuguezes.

Para a commissão local executiva portugueza, na grande reunião da imprensa realisada em 11 de julho de 1898, na Sociedade de Geographia foram eleitos os seguintes jornalistas:

Presidente — Conselheiro Antonio Ennes.

Vice-presidentes — Sr. A. J. Ferreira da Silva, conselheiro Luciano Cordeiro, P. W. de Brito Aranha, Z. Consiglieri Pedroso.

Secretarios — J. d'Oliveira Ramos, Jayme Victor, D. Luiz de Castro, Marianno Pina.

Thesoureiro — Dr. Alfredo da Cunha.

Delegado do Bureau — Dr. Magalhães Lima.

Vogaes — Abel Botelho, conselheiro A. M. Pereira Carrilho, A. X. Silva Pereira, dr. Eduardo Burnay, dr. Fernando Pedroso, F. Gomes da Silva, F. Teixeira Bastos, conselheiro J. d'Azevedo Castello Branco, J. Fernandes Costa, J. J. Silva Graça, J. V. Andrade Neves, L. Mendonça e Costa, Lourenço Cayolla, Raphael Bordallo Pinheiro.

Foi na reunião do *comité* de direcção do *Bureau central* das associações de imprensa realisada em junho ultimo em Heidelberg, que se fixou definitivamente a data de 26 de setembro para o presente congresso, elaborando-se o programma ou ordem do dia das sessões.

A' honra da escolha da cidade de Lisboa para local de reunião do 5.º congresso internacional da Imprensa correspondeu o paiz inteiro com a mais enthusiastica recepção. Durante os nove dias que estiveram entre nós, os congressistas estrangeiros foram alvo das festas ruidosas de que constava o programma.

No dia 26 de setembro, realisou-se a inauguração solemne do congresso, na grande sala *Portugal* da Sociedade de Geographia.

A sala offerecia um aspecto deslumbrante. Cheia de luz e repleta de damas e cavalheiros. Ao centro estavam os congressistas e suas espozas, e nas respectivas cadeiras o governo, as commissões do congresso e do centenario, o sequito real e o corpo diplomatico.

Tendo dado el-rei a palavra ao sr. Wilhem Singer, redactor em chefe do *Newen Wiener Tagblatt*, de Vienna d'Austria, e presidente do congresso, leu aquelle jornalista a allocução inaugural em francez.

Em seguida a este discurso fallou el-rei, tambem em francez, declarando inaugurado o 5.º congresso da imprensa.

N'este mesmo dia, teve logar á noute a recepção na camara municipal de Lisboa, festa a todos os respeitos digna da primeira municipalidade do reino. Distincta e sumptuosa, esta recepção foi elegante e estonteadora pela delicada ornamentação, profusa illuminação, e selecta concorrencia.

O sarau, que se prolongou até de madrugada, foi interrompido por um simulacro de incendio que os assistentes observaram das janellas do edificio, apreciando muito o material e organisação do nosso serviço e pessoal de incendios.

No dia seguinte, 27 de setembro, teve logar a primeira sessão plenaria do congresso. Tomou a presidencia o sr. Wilhem Singer, tendo por secretarios os srs. Victor de Taunay e Alonzo de Beraza. Na mesa viam-se ainda o sr conselheiro Antonio Ennes, presidente do *comité* local, commendador Romualdo Bonfadini, Jules Claretie, dr. Koch, Albert Bataille, Magalhães Lima, Torelli-Viollier, Ernest Beckman, Carl Carstensen, Thomas Keenan Jehan Janzon, além de alguns membros do *bureau* central.

A sessão abriu pela leitura do relatorio sobre os trabalhos do *bureau*, desde o congresso de Stockolmo até ao de Lisboa, feito pelo sr. Victor Taunay.

Este trabalho, muito bem elaborado, relata os progressos que, de dia para dia, se teem feito para a solidariedade jornalistica e o resultado proficuo que teem tido os esforços empregados por quantos teem tomado a peito todas estas questões de imprensa. Varios pontos do relatorio foram coroados de applausos, principalmente os que se referiam ao sr. dr. Magalhães Lima, que tem trabalhado immenso para o bom exito dos congressos da imprensa. Mr. Taunay aproveitou a occasião para frisar quanto penhorados se achavam os congressistas para com as magestades, por terem inaugurado as sessões do congresso.

Mr. Cauler, thesoureiro do *bureau*, leu tambem o seu relatorio e assim terminou a primeira sessão plenaria.

Ao meio dia e um quarto, partia da *gare* do Rocio o comboio que levava os congressistas a Cintra. De todas as festas que lhes foram offerecidas nenhuma deixou mais gratas impressões do que a encantadora excursão.

A caminho da Pena era estonteante o aspecto da extensa fila de cerca de cem carruagens, fazendo os torcicolos de uma serpente immensa. Era um espectaculo maravilhoso o successivo desdobramento do panorama, á medida que o cortejo ia subindo, as extensas planicies desenrolando-se, as *villas* e veigas ao longe, o mar espumando a algumas leguas na praia das Maçãs, os blócos de granito inverosimilmente equilibrados, as mattas, os bosques, as flôres, o que tudo enchia de admiração e encanto os nossos illustres hospedes.

Depois, chegados ao alto e apeiados, em massa, os congressistas entraram no pittoresco corredor em abobada do castello e começaram a sentir que iam ver uma obra de arte nunca vista. Atravessaram a ponte levadiça e, chegados ao terraço, foram por turnos percorrendo as varias salas e dependencias do edificio, admirando as preciosidades raras e artisticas que enriquecem o palacio.

Foi no recinto do *lawn tennis*, que se serviu o *lunch*. Este, ao ar livre, decorreu no meio da maior animação, trocando-se ao Champagne vivas e fraternaes saudações. O sr. Victor Taunay, jornalista francez, empunhando a sua taça, agradeceu aos portuguezes a sua generosidade, gabando a excellencia dos vinhos e, particularmente, a poesia do passeio. Referiu-se aos laços de sympathia que d'ora ávante ficam existindo entre uns e outros, terminando por dizer que todos os congressistas ficarão para sempre recordando o extraordinario passeio.

Aqui e ali, formavam-se pequenos grupos, ligados por uma captivante cordealidade, pelos quaes os creados com as bandejas circulavam sempre, servindo o *lunch*, que foi magnifico.

No regresso os congressistas visitaram Monserrate, Setiaes, Estephania e o palacio real de Cintra; admirando n'este ultimo quantas coisas notaveis ali se encerram.

Ao abandonarem a pittoresca villa, conhecia-se bem a magoa com que todos o faziam. Realmente, a excursão mereceu os maiores elogios e foi decerto o numero mais notavel de todo o programma!

Na quarta feira 28, teve logar a segunda sessão do congresso. Lembraremos que os assumptos dados para ordem de discussão eram os seguintes:

5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA, EM LISBOA

SESSÃO INAUGURAL DO 5.º CONGRESSO, NA SALA DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA

(Copia de photographia do sr. Ventura Braz da Piedade)

ASPECTO DA NAVE DO PALACIO DE CRYSTAL DO PORTO, ANTES DO BANQUETE OFFERECIDO AOS CONGRESSISTAS

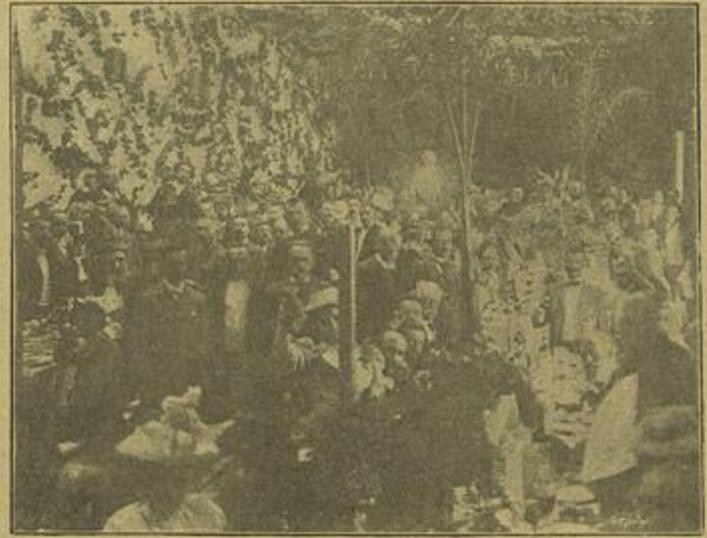
(Copia de photographia do sr. Emilio Biel)

5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA, EM LISBOA

«LUNCH» OFFERECIDO AOS CONGRESSISTAS
PELO SR. A. B. FERREIRA, NA QUINTA DO VESUVIO

(Copia de photographia do sr. Aurelio da Paz dos Reis)

a) Tarifas telegraphicas internacionaes. Relator, A. de Beraza (Hespanha);
b) Creação e funccionamento do gabinete internacional dos correspondentes. Relatores M. M. Torelli Viollier (Italia) e Janzon (Suecia);
c) Propriedade litteraria dos artigos politicos. Relatores: dr. Osterieth (Allemanha) e mr. Albert Bataille (França);
d) Ensino profissional do jornalismo. Relator, mr. Albert Bataille;
e) Creação e attribuições de um tribunal d'arbitragem internacional. Relator, mr. Torelli Viollier;
f) Relatorio comparativo das diversas legislações da imprensa. Relatores, mrs. Beraza, Albert Bataille e Osterieth;
g) Creação de cartas da identidade para servir aos jornalistas no estrangeiro. Relator, mr. Victor Taunay.

N'esta segunda sessão, foi pois lido o relatorio (c) sobre a *reproducção de artigos politicos*, que levantou acalorada discussão, estabelecendo o congresso as conclusões:

OUTRO ASPECTO DA CASA ONDE FOI SERVIDO O «LUNCH»
NA QUINTA DO VESUVIO

(Copia de photographia do sr. Aurelio da Paz dos Reis)

O «LUNCH» NO PARQUE REAL DA PENA, EM CINTRA

(Copia de photographia do sr. Ventura Braz da Piedade)

Primeira — no que diz respeito especialmente aos artigos que tratem de questões politicas, religiosas, economicas ou sociaes é reconhecido o direito de citação parcial no interesse da livre propaganda das idéas.

Segunda — o direito de reproducção integral é reconhecido nas mesmas condições, salvo no caso do artigo reproduzido ter a nota de interdicto.

Terceira — Os artigos e os extractos reproduzidos deverão ser sempre acompanhados da citação do nome do jornal e, se o artigo fôr assignado, da citação do nome do auctor.

E com a approvação d'estas conclusões se fechou a segunda sessão, realisando se depois o passeio a Belem, a ver a Torre e os Jeronymos, seguindo os congressistas depois para o palacio da Ajuda, onde as magestades deram recepção. A noite realisaram-se as illuminações em Cascaes, a que foram assistir os congressistas, excursão que muito agradou.

Na esplanada fronteira á cidadella foi servida uma abundante ceia. O aspecto da formosa bahia de Cascaes excedia tudo o que de grande e surprehendente nós podemos dizer. Illuminada artisticamente, constituia um espectaculo phantastico, deslumbrante, unico.

N'uma extensão de mais de tres kilometros, desde o edificio do Casino de Cascaes até ao forte da Poça, no Estoril, todos os edificios se achavam illuminados a capricho, com luzes de variegadas côres, desenhando as linhas dos telhados, das portas e janellas. Assim, no alcantilado da montanha, sobresahiam na illuminação geral, em posições differentes, os *chalets* da sr.ª duqueza de Palmella, dos srs. Ornellas e duque de Loulé, da sr.ª marqueza do Fayal, dos srs. Schroeter, Bernardino Ribeiro, Vianna Garção, Augusto dos Santos, Carlos Anjos e o forte da Poça.

No dia seguinte realisou-se a sessão de encerramento do congresso, sessão memoravel pelas solemnes affirmações de agradecimento que ali protestaram os extrangeiros ao paiz que tão carinhosamente os recebeu.

Dada a palavra ao sr. Albert Bataille, do *Figaro*, leu este jornalista de principio a fim o seu magnifico relatorio sobre o *Ensino profissional do jornalismo*, sendo por vezes ruidosamente applaudido.

Tomaram parte na discussão do relatorio os srs. Paul Ocker, Clayden, Beraza e Jean Bernard, sendo depois as conclusões d'elle approvadas. Seguidamente, foram distribuidos os trabalhos a discutir no proximo Congresso, e o sr. Torelli-Viollier leu o seu relatorio sobre a instituição de um tribunal de arbitragem internacional.

Votou-se depois por acclamação a reunião do proximo Congresso, em setembro de 1899, em Roma, o que o italiano sr. Emilio Faelli agradeceu n'um discurso em latim.

Encerrando o 5.º Congresso Internacional da Imprensa, Jules Claretie fez um breve mas brilhante discurso, que foi ouvido no meio do mais profundo silencio, e ao qual responderam Magalhães Lima e Antonio Ennes, em inspirados discursos, sendo deveras notavel pela concisão e conceitos o d'este ultimo.

De tarde a corrida de touros dedicada aos congressistas mereceu lisongeiro apreço.

A sexta feira 30 foi o dia destinado á excursão a Thomar, onde no claustro do convento de Christo se realisou um delicado almoço, visitando depois os congressistas a grande fabrica de fiação e admirando os lindos panoramas da encantadora povoação nabantina.

A' noite teve logar a recita de gala no theatro D. Amelia, a que concorreram grande numero de congressistas, e onde se representou a bella comedia do nosso chorado director litterario e querido amigo Gervasio Lobato — *O commissario de policia*.

No sabbado 1 de outubro ainda se realisou o passeio fluvial no Tejo e á noite o grande banquete de 400 talheres na vasta sala e palco do Real Theatro de S. Carlos, onde, aos brindes o sr. conselheiro Ennes pronunciou um magnifico discurso, habilmente entretecido, que mereceu lisongeiras referencias a todos que o ouviram.

No domingo 2 realisou se a partida para o Porto, servindo-se o almoço na *gare* da estação da Pampilhosa, artisticamente ornamentada para esse fim.

No dia seguinte teve logar a visita aos armazens de Villa Nova de Gaya, a recepção na Bolsa, o passeio a Leixões, e o banquete de 340 talheres no palacio de Crystal.

A grande cidade do norte do reino foi egualmente lhana e calorosa na recepção dos seus visitantes. Mas onde toda esta série de festas teve o seu termo primoroso foi na excursão á região vinicola do Alto Douro, e no almoço na quinta do Vesuvio, offerecido pelo sr. Antonio Bernardo Ferreira, opulentissimo proprietario d'aquella região.

A CASA DO SR. A. B. FERREIRA

(Copia de photographia do sr. Aurelio da Paz dos Reis)

Na manhã do dia 4 partiu do Porto o comboio dos congressistas e convidados, levando cerca de 400 pessoas. Os estrangeiros ficaram admirados com as regiões minhota e duriense, que atravessaram, pelos cambiantes que offereciam.

Em diversas estações da linha ferrea houve saudações. O comboio chegou á quinta do Vesuvio depois do meio dia, tendo os excursionistas recepção festiva não só por parte do sr. Antonio Bernardo Ferreira, filhos e genro, como pelos aldeãos que ali appareceram com suas festas caracteristicas.

Após a troca de cumprimentos cordeaes, os congressistas e convidados inscreveram os seus nomes em folhas soltas, que constituem uma recordação da visita dos membros do congresso internacional da imprensa.

O *lunch* foi imponente, sendo muito artisticos os *menus* distribuidos.

Diversão encantadora a todos os respeitos, coroou ella devidamente a requintada hospitalidade de que Portugal deu provas incontestes.

A's festas em honra dos congressistas associaram-se brilhantemente o commercio e a industria demonstrando a sua activa vitalidade.

Se o presente congresso não teve directamente outro fim mais util e mais pratico do que aquelle que apontámos, o do mais justo conhecimento do nosso paiz por parte da Europa e do mundo inteiro, teve o grande valor de estreitar as relações internacionaes, confraternisar a imprensa, essa força poderosa que tanto pode actuar no destino das nações.

O JORNALISMO PORTUGUEZ

(ALGUMAS NOTICIAS CURIOSAS)

Datas em que foi introduzida a imprensa periodica em diversos pontos de Portugal e possessões

Lisboa. Em março de 1625 com as *Relações* de Severim de Faria, e novembro de 1641 com as Gazetas chamadas da Restauração com o titulo *Gazeta em que se relatam as novas todas que ouve n'esta Corte e que vieram de varias partes, etc.*

Porto. Em janeiro de 1749 com o *Zodiaco Luzitanico*.

Coimbra. Em 11 de julho de 1808 com a *Minerva Luzitana*.

Funchal. Em 28 de janeiro de 1821 com o *Patriota Funchalense*.

Goa. Em 22 de dezembro de 1821 com a *Gazeta de Goa*.

Macau. Em 12 de dezembro de 1822 com a *Abelha da China*.

Guimarães. Em 1823 com o *Azemel Vimaranense*.

Angra. Em 17 d'abril de 1830 com a *Chronica da Terceira* (o primeiro jornal publicado nos Açores).

Bombaim. Em 17 de maio de 1831 com o *Mensageiro Bombayense*.

Ponta-Delgada. Em 4, 9 e 29 de maio de 1832 com a *Chronica-semanario dos Açores* (seguimento da *Chronica-semanario da Terceira*) e em 18 de abril de 1835 com o *Açoriano Oriental*.

Faro. Em 15 de junho de 1833 com a *Chronica do Algarve*.

Damão. Em 18 de julho de 1835 com o *Portuguez em Damão*.

Braga. Em 12 de setembro de 1837 com o *Boletim do Exercito Restaurador*.

Castello-Branco. Em 19 de dezembro de 1841 com a *Sentinella da Liberdade*.

Bragança. Em 15 de setembro de 1845 com o *Pharol Trasmontano*.

Aveiro. Em 1 de outubro de 1846 com o *Boletim de Noticias*.

Portalegre. Em 6 de novembro de 1846 com o *Boletim de Portalegre*.

Evora. Em 13 de janeiro de 1847 com a *Chronica Eborense*.

Elvas. Em 1847 com o *Periodico Recreativo*.

Vizeu. Em 1847 com o *Boletim Noticiario e Politico* e em 15 de outubro de 1853 com o *Viziense*.

Setubal. Em 1 de julho de 1851 com o *Setubalense*.

Barcellos. Em 25 d'outubro de 1853 com *O Barqueiro do Cavado*.

Leiria. Em 8 de junho de 1854 com o *Leiriense*.

Lamego. Em 12 de novembro de 1854 com o *Echo da Beira e Douro*.

Valença do Minho. Em 17 de novembro de 1854 com a *Razão*.

Vianna do Castello. Em 2 de julho de 1856 com o *Timbre*.

Santarem. Em 13 de novembro de 1856 com o *Scalabitano*.

Horta. Em 7 de janeiro de 1857 com o *Incentivo*.

Guarda. Em 1860 com o Magriço (Trancoso) e em 30 d'abril de 1865 com o *Districto da Guarda* publicado n'aquella cidade.

Beja. Em 3 d'abril de 1860 com o *Bejense*.

Villa-Real. Em 18 de dezembro de 1864 com o *Commercio de Villa-Real*.

Loanda. Em 6 de dezembro de 1866 com a *Civilisação da Africa Portugueza*.

Quilimane. Em 1 de julho de 1877 com o *Africano*.

Cabo Verde. Em 19 de fevereiro de 1879 com o *Correio de Cabo Verde*.

Actuaes decanos do nosso jornalismo
(por ordem da sua antiguidade)

Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa. Janeiro 1835 (de classe).

O Açoriano Oriental, ilha de S. Miguel, cidade de Ponta Delgada. 18 d'abril de 1835 (politico).

Jornal da Sociedade Pharmaceutica Luzitana, Lisboa, Maio de 1836 (orgão de classe).

O Angrense, ilha Terceira, cidade de Angra do Heroismo. 23 de Setembro de 1836 (politico).

A Nação, Lisboa. 15 de Setembro de 1847 (politico).

O Instituto, Coimbra, (revista scientifica e litteraria). 15 de março de 1852.

Jornal do Commercio, Lisboa. 17 de outubro de 1853 (politico).

O Conimbricense, 24 de janeiro de 1854 (N. B. Continuado do *Observador*. Iniciado em 16 de novembro de 1847).

Commercio do Porto. 2 de junho de 1854.

O Fayalense, (Horta-Açores). 1 de abril de 1857.

A Terceira, (ilha Terceira-Angra) 4 de janeiro de 1859.

Jornal do Porto. 1 de março de 1859.

O Ultramar, (India). 6 de abril de 1859.

Campeão das Provincias. Aveiro: 1 de novembro de 1859.

Archivo Juridico, Lisboa: Janeiro 1860.

O Bejense. Em 3 de abril de 1860.

Voz do Povo, ilha da Madeira. Funchal: 17 de maio de 1860.

India Portugueza (Nova Goa) em 4 de janeiro de 1861.

A Persuasão. Ponta-Delgada: em 1 de janeiro de 1862.

Religião e Patria (Guimarães) 29 de outubro de 1862.

Commercio de Villa Real. 18 de dezembro de 1864.

Diario de Noticias (Lisboa) 1 de janeiro de 1865.

Diario Popular (hoje *O Popular*) Lisboa: 13 de julho de 1866.
Primeiro de Janeiro. Porto: 10 de janeiro de 1869.
O Noticioso. Valença: 1 de setembro de 1869.

Das Folhas Officiaes

Eis a ordem chronologica do seu apparecimento:
Diario do Governo em 16 de setembro de 1820 numero do qual se fez 2.ª edição em 16 de outubro seguinte que é o inicio da collecção.
Boletim do Governo do Estado da India em 7 de dezembro de 1837.
Boletim Official do Governo de Macau em 5 de setembro de 1838.
Boletim Official de Cabo Verde em 24 de agosto de 1842.
Boletim official do Governo de Angola em 13 de setembro de 1845.
Boletim Official da Provincia de Moçambique em 13 de maio de 1854.
Boletim Official de S. Thomé e Principe em 3 de outubro de 1857.
Boletim Official do Governo de Guiné em 8 de fevereiro de 1880.

S. P.

O MAU OLHADO DE FUAS MAIA

(Continuado no numero anterior)

«Quereis divertimento?»
«Vamos a ver, vamos a ver o que isso vale!» gritavam elles emquanto o ladrão carregava o arcabuz.
«O diabo me dê firmeza, que vos quero provar o que é ter boa pontaria!»
E pondo a arma á cara apontou-a ao infeliz frei Damião.
Todos se calaram, seguindo com a maior attenção os movimentos do atirador.
Quando se viu n'um perigo tão grande, o frade não se poude conter mais tempo.
«Ai! ai!...» gritou elle.
O ladrão abaixou a arma.
«Esta é nova!...» exclamou «Quem está ahi?»
Nem um suspiro lhe respondeu.
«Quem está ahi, com mil bombas!»
Nada de resposta.
Então o homem levantou um chuço e começou a varejar com elle furiosamente a arvore. Os outros riam a bandeiras despregadas.
«Vae lá ver, homem!»
«Dou-lhe mas é um tiro que o rebento!»
«Não! não! senhor bandoleiro, por piedade!!» exclamou o frei Damião!
«Quem és tu?»
«Sou um frade.»
«Estás só?»
«Com um companheiro.»
«Anda cá, que te quero ver o focinho.»
«Eu antes queria não descer... Deixae-me em paz, por quem sois, senhor bandoleiro!»
Os bandidos desataram ás gargalhadas.
«É de boa feição! Temos que rir...»
O chefe então chegou-se ao tronco.
«A que ordem pertences?»
«Somos freires de Alcobaça... Bernardos, Senhor.»
«Optimo. Toca a descer!»
«Custa tanto!... Permitti que esperemos ao menos a madrugada. Está escuro, cá em cima...»
«Eu já te ajudo. Lá por isso não seja a duvida.» E começou a trepar.
«E eu tambem!»
«E eu tambem!»
A arvore ia se povoando de ladrões e os frades lá no alto não sabiam já o que fazer á sua vida.
«O máu olhado!... o máu olhado!...» murmuravam.
N'um virote se viram no chão rodeiados de homens de má cara que os examinavam curiosamente e riam das suas figuras lastimosas.
Um d'elles, que parecia melhor do que os companheiros, disse:
«São pobres, coitados! nada nos podem render... Deixae-os em paz!»
«Elles são pobres» respondeu o chefe «mas a ordem é rica: e os freires de Alcobaça se quizerem tornar a ver estes irmãos hão-de resgatal-os com seu dinheiro.»
«E se não resgatarem?»
O homem pegou n'uma arma e apontou-a aos frades:
«Pum! pum!» disse elle rindo. «Era um instante!»
«Jesus! Senhor!» e os dois cahiram nos braços um do outro.
«Aquelle Fuas, aquelle Fuas! Parece-me que não lhe posso perdoar!»
«Homens! a gente não vos vae matar já de caminho! Agora vamos para a serra do Minde — e havemos de lá estar antes de nascer o sol. — De lá mandareis recado ao vosso superior dizendo que estaes em poder do Unhas de Fome — que esse é o meu nome» — acrescentou orgulhosamente «e que não tereis liberdade sem um resgate de trinta dobrões que hão-de chegar ás minhas mãos antes do fim do mez. E se assim não fôr não respondo pelas vossas vidas.»
«Faremos o que nos mandas, pois nos tem em teu poder,» respondeu o frei Balthazar. «E já que estamos condemnados a viver um mez na vossa companhia, sejamos amigos.»
«Desde hontem que não comemos» disse o frei Damião a quem as palavras do companheiro animavam. «Dae-nos de ceiar, se não quereis ver nos morrer de fome!»
Fizeram nos sentar deante dos restos da vitella que os dois devoraram.
Emquanto comiam, os ladrões ainda alegres com o vinho, gritaram:
«Vivam os bons freires de Alcobaça!»
«E os trinta dobrões que nos hão-de render!»
Aproveitando-se da grande vozearia o frei Balthazar disse rapidamente e em voz baixa ao frei Damião:
«É preciso levarmos tudo a rir se não quizermos que elles deem cabo de nós. Sempre cara alegre, custe o que custar, irmão!»
«Está dito, frei Balthazar; eu já tinha pensado o mesmo.»
E voltando-se para traz com um chiffre de vinho na mão, exclamou:
«Vivam os cavalleiros da Serra do Minde!»
«Foi um delirio. Os homens enthusiasmados dansavam rondas em volta d elles; queriam leval-os em triumpho. Mas afinal chegou a hora da partida e cada bandido tratou de se pôr em ordem de marcha.
«Vamos rendidos com o peso das nossas armas» disse o Unhas de Fome com uma gargalhada. «Os frades que nos ajudem a leval-as; de caminho vão armados tambem.»
Fizeram-n'os trepar para cima de mulas e afivelando lhes á roda do corpo, largos e pezados cinturões, enfiaram n'elles adagas e navalhas.
Os dois frades pareciam arsenaes Armados até aos dentes, semelhavam bandidos de estranha especie.
O frei Balthazar benzeu-se ás escondidas e o frei Damião murmurou:
«O que diria o Geral se nos visse agora!»
Por matagaes e descampados e por densos pinhaes caminharam cinco horas sem descanço.
Esta interminavel jornada derreiava os pobres frades coitados, pouco habituados a cavallarias.
De vez em quando ouvia-se o grito dos homens animando as bestas e alguma graçola perdida em risos atroadores que pareciam não ter fim.
Os frades já muito moidos e desengonçados com o chouto das muares, amaldiçoavam de si para si a hora em que se tinham embrenhado no sobreiral. Mil vezes preferiam a pancadaria do moleiro áquella insuportavel marcha forçada.
Afinal chegaram á serra do Minde, a uma grande caverna onde os salteadores se reuniam e onde guardavam os seus roubos.
Tiveram então que desmontar os dois irmãos de Alcobaça, pois iam com as pernas tão entorpecidas que por si já se não podiam mexer. Os ladrões deitaram-n'os para cima de uns montes de pasto e para ali os deixaram dormir á regalada.
Quando acordaram, d'ahi a muitas horas, já o sol de novo desapparecera. Levantaram-se, fracos, doridos e com bastante fome.
«Frei Balthazar. . Ai, frei Balthazar!...
«Nada de tristezas! E' preciso alegria. Porque se os bandidos se enfadam comnosco... Pum! pum!... Bem o sabeis, frei Damião...»
«Se o sei» suspirou tristemente o mais novo.
N'isto ouviram passos e vozes e o frei Damião com medo que o achassem semsaborão, murmurou:
«Por Deus! um fandango, frei Balthazar!»
E quando os ladrões chegaram, viram os frades um em frente do outro, arregaçando os habitos e pulando como uns possêssos.
«Muito bem!» exclamaram os homens rindo a bom rir. «Assim é que se quer... E' folgar, é folgar!»
Depois, o Unhas de Fome entregou ao frei Balthazar um pergaminho e obrigou-o a escrever ao superior do convento pedindo o resgate conforme elle lhe dissera na vespera.
«E agora» disse elle. «E' esperar pelo dinheiro com paciencia até ao fim do mez E olhae, que eu não quero mandriões. Todos os dias haveis de limpar a caverna e fazer-nos o comer.»
E então começou para os prisioneiros uma existencia má de trabalho constante e de privações.
Corria o tempo. Dos seus enormes ventres nada existia. A barba já crescida dava-lhe um falso ar de bandidos de contrabando mascarados...

(Continúa) Gi.

OURO ESCONDIDO

NOVELLA ITALIANA DE SALVATORE FARINA

(Continuado do numero anterior)

XXIV

No quarto do Frederico entrava o ar por duas janellas abertas de par em par, e com o ar, o sol que animava as mariposas e os cupidinhos pintados nas paredes.
O Frederico jazia vestido sobre a cama, com a cabeça d'alto, encostada a tres almofadas sobrepostas; cobria-lhe a testa um lenço branco e tinha os olhos fechados; a respiração egual e tenue, porém, claramente dizia que não estava a dormir.
O Romulo, que estava sentado á cabeceira da cama, quando ouviu ruido, voltou-se, viu a Amalia e aproximou-se d'ella, mas nos bicos dos pés.
— Está melhor; saivou-se; diz seu pae que deve ter fortes dôres de cabeça; elle, porém, de nada se queixa, não me disse uma palavra e apenas abre os olhos, ás furtadellas; está com vergonha; quando lhe vou mudar o lenço molhado em agua fria, suspira, para me agradecer; e mais nada, é bom como um anjo.
Callou-se d'improviso o Romulo, e indicando á donzella o descórado rosto do enfermo:
— Ora observe — murmurou em voz muito baixa — está nos escutando... Na realidade, o Frederico dobrára um pouco a cabeça, para melhor ouvir o que á roda d'elle diziam. Retrocederam os dois em bicos de pés, e fôram para ao pé da janella mais afastada.
— Quando o trouxemos para aqui — proseguiu o Romulo — proferiu uma palavra unica: *a carta*. Delirava, sem duvida — De que carta quereria elle fallar? Sabe se receberia alguma?
— Escreveu uma ao engenheiro — respondeu a Amalia.
Debruçando-se na janella, por acaso, viu assomar á porta que ficava por baixo um papel desdobrado; continha poucas linhas escriptas o papel, e sem embargo, o engenheiro, encuberto pelo vão da porta, inverteu longo tempo na leitura. Por ultimo, saiu do esconderijo, e, quando atravessou por diante da casa, ergueu os olhos; assim que viu a joven e o velho, perturbou-se e tentou esconder a carta
A Amalia e o Romulo olharam um para o outro sem dizer palavra.
— Demora-se aqui um bocadinho? — Se não, mando chamar o Joaquim. Vou fallar com o Enéas, quero saber...
— Vá — disse a Amalia — que eu fico...
— Nunca fiando... não é bom deixal-o sosinho, não vá elle lembrar se d'outro disparate .. Que a menina pode estar descançada... verá que nem sequer abre os olhos .. Eu volto já.
A Amalia ficou como que aturdida, á janella. Viu que o Romulo abraçava o engenheiro e que se afastavam ambos por uma rua do jardim, de braço dado; depois voltou-se, deu um passo na direcção do leito e deteve se, perturbada... O Frederico fitava-a intensamente, com os olhos muito abertos.
— Senhor Frederico — balbuceou.
— Minha Senhora!
— Como se sente?
— Agora, melhor; sinto muito pêso na testa, um pêso enorme, uma montanha...
— Quer que lhe mude o lenço?
— O Frederico não respondeu, e ella, que pouco a pouco ia serenando, desempenhou a piedosa occupação com delicadeza de enamorada enfermeira. O enfermo, ao sentir o contacto frio do lenço, deu um fundo suspiro.
Sentou-se a Amalia á cabeceira; não sabia o que dissesse; sob o olhar doce e melancolico do Frederico, sentia-se coacta, outra vez.
— Veja se dorme — lhe disse — deve-lhe fazer bem... quer que vá cerrar a janella?
— Não, não, gosto de ver a luz; gosto de ouvir

fallar baixinho; diga-me alguma coisa; seja o que for... muito devagar, escutal-o-hei...

Este capricho do doente fez sorrir a Amalia, que não sabia modo de o satisfazer, eis se não quando, entra o Joaquim, em bicos de pés. Frederico fechou immediatamente os olhos e voltou a estar immovel, como d'antes.

—Menina—disse o velho—o seu papá chama-a.

—Ah! o papá! E como está elle?

—Melhor.

—Eu vou já.

O enfermo, porém, tornava a abrir os olhos, e a Amalia, instinctivamente, acrescentou:

—Eu volto já.

—Ergueu-se sem fazer bulha e saiu acompanhada pelo olhar do mancebo.

O pae esperava a; tinha fitos os olhos na porta, e apenas a viu entrar, sorriu-se e acenou-lhe que se aproximasse. Como se fôra coisa d'ante mão combinada, a Tranquilina apartou-se da cabeceira do marido, foi ao encontro da filha, beijou-a, sem fallar, na testa, e sahiu.

— Menina — disse o dr. Roque, assim que agarrou c'o a mão manca as duas mãos da Amalia—menina—és valente? Não tenhas medo, responde-me—és valente?

—Posso dizer-te que?...

A menina, porém, mesmo sem saber do que se tractava, entrou a tremer, e o dr. Roque interrompeu-se para continuar em tom rabugento, mas nem por isso menos carinhoso...

Que vem a ser esse tremor? Eu terei cara que meta medo a alguem?

Tenho uma coisa a dizer-te... mas se te pões a tremer...

—Dize: não tremo... vês?...

—Dir-ta-hei: por que deves sabel-a; esta noite... minha filha... não te assustes, que é tolice; esta noite tive um...

—Que foi, que tiveste, papá, o que foi?...

—Tive um pesadêllo—murmurou o doutor, renunciando á confidencia preparada e agarrando-se á primeira invenção que lhe occorreu para emendar a sua inepcia; — um sônho, um sonho péssimo.

—Um sonho apenas?

—Pois já se vê... Ah! e não vas julgar que... as sete vaccas gôrdas e as sete magras... Nos sonhos falla talvez... Tu sabes quem é que falla nos sonhos... sabes?

—Eu não — respondeu, a rir, a Amalia.

—Muito bem... assim é que eu gosto — que te rias... Como iamos pois dizendo, sonhei que heide morrer breve... ri-te!... o que, sem duvida, significa, que nunca hei de morrer... ri te!

—A Amalia não ria.

—E, em vesperas de deixar este mundo, sábes tu, filha minha, o que me acabrunhava?

A joven fixava, com tenacidade, nos lençoes os olhos arrazados de lagrimas.

—Acabrunhava-me a ideia de não ter logrado obter a confiança da minha filha; de ter vindo ao mundo, unicamente, por sua causa e de a não ter deixado... feliz.

—Mas, papá, eu sou feliz!

—Não ha tal. Mas vamos ao caso; tu não amas o engenheiro Enéas...

—Disse que havia de casar com elle!

—Casarás com elle, mas não lhe tens affecto.— e sabes como isso se chama? — Aqui, suavisou o doutor a voz e acrescentou, em falsete: — chama-se uma *acção má!*

Notando, porém, que a phrase, dita d'aquelle modo, não surtira effeito, repetiu-a na sua voz natural e com ligeira variante.

— Uma acção ruim.

Riu contrafeita a Amalia e disse:

—Essa ideia tambem te occorreu em sonhos?

—E outra ainda, queres que t'a diga?

A Amalia não respondeu.

—Pois vou dizer-t'a; occorreu-me que, ao contrario, estás apaixonada por...

—Veiu tapar-lhe a bôcca um beijo.

—Nega-o se te atreves, já que começaste a mentir, continua.

A Amalia não negou, mas poz-se a chorar. O matuto do doutor Roque abraçou-a, deixou que desabafasse e, d'alli a nada, disse:

— Ora ouve, emquanto eu viver não se hão de fazer taes disparates; mandêmos passear o engenheiro e casêmos com o outro... Estamos de accôrdo?

—Prommetti... balbuceou a Amalia.

—Em assumptos d'estes não significa coisa nenhuma uma promessa; para os arrendamentos, ha prazo; para as vendas, ha, por vezes, a invalidação e a «lesão enorme», para o casamento, porém, não ha remedio; só se desfaz com a morte, e os tribunaes d'este mofino mundo são muito capazes de não ver a «lesão enorme», no acto de casar um engenheiro com uma rapariga como tu. Assim, pois, és livre como o ar.

A Amalia não respondeu, abanou, porém, denegativamente a cabeça.

M.me CARNOT — Fallecida em 1 do corrente

—E então, disse que sim, e heide casar.

—Não foste tu que o disseste — mas sim eu — disse o doutor tentando ainda insistir.

—E eu tambem.

—Pois olha: sabes o que farei: morrer mais cedo, e á hora da morte...

A Amalia, porém, interrompeu-o com uma caricia.

—Escuta — proseguiu o doutor — e se fosse o engenheiro que não quizesse?...

—E' inutil papá, é inutil.

—Sempre és muito teimosa... Calla-te, vae-te embora... e deixa o caso por minha conta...

—Não lhe digas nada, papá; não queiras que eu morra de vergonha.

—Dá licença? — perguntou, de fóra, a voz do engenheiro.

—Pode entrar. — gritou o Roque

E já a donzella estava nos humbraes da porta: permutou com o noivo um olhar triste e um leve sorriso, e, muito á pressa, disse-lhe:

—Não acredite uma palavra do que o papá lhe disser.

—Obrigado — respondeu, melancolico, o engenheiro, e apertou a mão da Amalia, aquella mãosinha delicada e morbida que elle na vespera estivera a pontos de metter na algibeira como coisa muito sua.

(Continúa.) *Pin-Sél.*

NECROLOGIA

MADAME CARNOT

Foi com dolorosa surpreza que soubemos da morte da illustre dama, a saudosa viuva do mallogrado e illustre presidente da republica da França mr. Sadi-Carnot. Desde muito tempo que a esta senhora prestavamos respeitosa homenagem. Boa, sympathica e insinuante, a desditosa viuva merecia de todos uma vivissima estima pelas suas virtudes. O golpe do assassinio de seu marido achou em toda a Europa um echo consolador, que, embora pungentissima fosse a sua pena, essas demonstrações de condolencia lhe deram um suave balsamo ás suas tristes circumstancias.

Não partilhára impunemente sete annos de vida official com seu marido, d'essa vida, em que os deveres de um tão elevado cargo são ás vezes bem penosos e pezados. A perda do esposo querido quasi que foi a perda completa de toda a sua ventura. Mas como mãe amantissima, logo que se viu affastada do bulicio do Elyseu, concentrou a nobre senhora em seus quatro filhos todo o seu amor, toda a sua actividade.

No logar supremo a que o destino a elevára, madame Carnot soubera tornar-se crédora dos respeitos e homenagens que a sua bondade e gentileza lhe tinham grangeado na sociedade, e de uma sympathia cuja recordação será eternamente saudosa para todo o bom francez.

Quando aqui registámos o assassinio do grande presidente Carnot, tambem dispensámos algumas palavras a sua esposa, esperando que Deus lhe concedesse a necessaria resignação para minorar sua dôr. E esse voto, que uma extranha sympathia nos impulsionou a fazer, parece que foi ouvido, terminando agora a bondosa senhora o seu luto e a sua dôr na terra.

Porque a vida sem ventura, a existencia entre recordações amarissimas é condição triste que o exercicio de virtudes excelsas não pode dulcificar.

Madame Cecilia Carnot pertencia a uma das familias a que a França mais deve. Em 1848, seu pae, o illustre economista Dupont White, fôra o activo secretario do ministerio da justiça, cargo espinhosissimo em uma epoca tão agitada.

Ha uns quatro mezes que madame Carnot se encontrava no seu castello de Presla, em Ferté-Allais, quando subitamente a morte a roubou a quantos a adoravam. Morte feliz aquella em que o espirito e o corpo mal experimentaram a agonia; morte invejavel e propria de um coração puro a quem a sorte avara concede apenas esse favor.

Desde a morte do esposo amado, que Madame Carnot se retirára completamente da vida publica, onde de repente um golpe tão forte a alanceára. D'esse recolhimento expressivo de uma dôr immensa, apenas uma excepção a infeliz senhora se permittiu de abrir, recebendo a visita do imperador da Russia e de sua esposa, por occasião da sua viagem a França, pois que os dois imperantes manifestaram vehementes desejos de cumprimentarem a desditosa viuva do illustre presidente.

Descance, pois, em paz a bondosa senhora, a quem Deus se appressou em conceder o justo premio das suas dores na vida terrena, chamando-a a desfructar as bemaventuranças eternas.

E. P.